Relatório Metodológico

PESQUISA TIC ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS 2025

Relatório Metodológico
TIC Organizações Sem Fins Lucrativos

O Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), por meio do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), departamento do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), apresenta a metodologia da pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC) nas organizações sem fins lucrativos – TIC Organizações Sem Fins Lucrativos. A pesquisa busca aprofundar a compreensão sobre o uso das TIC nas organizações da sociedade civil no Brasil, instituições centrais para a promoção do desenvolvimento humano e sustentável.

A pesquisa foi construída a partir de outras pesquisas internacionais e nacionais, como *As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil* (Fasfil) e *Handbook on Non-Profit Institutions in the System of National Accounts* (Manual sobre as Instituições sem Fins Lucrativos no Sistema Nacional de Contas). A construção da pesquisa também considerou outros estudos sobre organizações da sociedade civil e contou com a colaboração de especialistas no tema.

Objetivos da pesquisa

A pesquisa TIC Organizações Sem Fins Lucrativos tem como objetivo principal produzir indicadores e estatísticas sobre a incorporação das TIC nas organizações da sociedade civil, seu uso para gestão e realização de suas atividades e possíveis benefícios para as comunidades em que atuam. Também coleta dados sobre dimensões relacionadas às capacidades administrativas e financeiras dessas organizações. Especificamente, busca investigar:

1. infraestrutura de TIC;
2. uso das TIC para gestão e realização de atividades;
3. capacidades e habilidades em TIC;
4. capacidades financeiras e administrativas das organizações.

Conceitos e definições

Para permitir análises comparativas com outros países, a pesquisa TIC Organizações Sem Fins Lucrativos baseia seu marco conceitual no *Handbook on Non-Profit Institutions in the System of National Accounts*, elaborado pela Divisão de Estatísticas das Nações Unidas (UNSD) em conjunto com a Universidade Johns Hopkins (JHU) e publicado em 2002 (Organização das Nações Unidas [ONU], 2002). A investigação também considerou as experiências anteriores de aplicação de parâmetros internacionais para a avaliação do cenário brasileiro, como é o caso do estudo Fasfil, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), realizado em 2016 e publicado em 2019.

ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS

Diante destes marcos referenciais, as organizações sem fins lucrativos analisadas são definidas como:

a. privadas e, portanto, não integrantes do aparelho do Estado;

b. sem fins lucrativos, isto é, organizações que não distribuem eventuais excedentes entre os proprietários ou diretores e que não possuem como razão primeira de existência a geração de lucros — podendo até gerá-los, desde que aplicados nas atividades-fim;

c. institucionalizadas, isto é, legalmente constituídas;

d. autoadministradas ou capazes de gerenciar suas próprias atividades; e

e. voluntárias, na medida em que podem ser constituídas livremente por qualquer grupo de pessoas, isto é, a atividade de associação ou de fundação da entidade é livremente decidida pelos sócios ou fundadores (IBGE, 2019).

Para a definição do público-alvo da pesquisa, foi utilizada a Classificação dos Objetivos das Instituições sem Fins Lucrativos a Serviço das Famílias (COPNI). Essa definição corresponde à classificação adotada pela pesquisa Fasfil, coletada pelo IBGE em 2016. A partir da classificação utilizada, foram consideradas algumas das atividades COPNI para definir o universo de instituições que seriam pesquisadas.

A Tabela de Natureza Jurídica identifica a constituição jurídico-institucional das entidades públicas e privadas no país segundo cinco grandes categorias: "administração pública", "entidades empresariais", "entidades sem fins lucrativos" "pessoas físicas e organizações internacionais" e "outras instituições extraterritoriais" (IBGE, 2021).

ATIVIDADES-FIM

A categorização das organizações por atividade-fim é elaborada a partir de um conjunto de atividades coletadas na pesquisa Fasfil, do IBGE, conforme disposto na Tabela 1.

TABELA 1
–
Categorização das organizações em atividades-fim

Atividade-fim	COPNI	Descrição COPNI
Saúde e assistência social	022 e 050	Outros serviços de saúde Assistência social
Cultura e recreação	031 e 032	Cultura e arte Esporte e recreação
Educação e pesquisa	046 e 048	Estudos e pesquisas Outras formas de educação/ensino
Desenvolvimento e defesa de direitos	091, 092, 093, 094, 095 e 096	Associações de moradores Centros e associações comunitárias Desenvolvimento rural Emprego e treinamento Defesa de direitos de grupos e minorias Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos
Religião	060	Religião
Associações patronais e profissionais	073, 074 e 075	Associações empresariais e patronais Associações profissionais Associações de produtores rurais
Habitação e meio ambiente	010 e 080	Habitação Meio ambiente e proteção animal
Outros	108	Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente

PORTE

Com relação ao porte das organizações, a pesquisa TIC Organizações Sem Fins Lucrativos considera aquelas com nenhuma pessoa ocupada, de uma a nove pessoas ocupadas, e com dez ou mais pessoas ocupadas. Pessoas ocupadas são aquelas, com ou sem vínculo empregatício, que recebem remuneração pelo seu trabalho.[1]

[1] Para fins de seleção da amostra, são consideradas as quantidades de pessoas ocupadas no Cempre, definidas pelo IBGE como aquelas com ou sem vínculo empregatício, remuneradas diretamente pela organização. O número de pessoas ocupadas considera assalariados, autônomos remunerados diretamente pela organização, empregadores e sócios, pessoas da família e trabalhadores temporários. Não são considerados, nesse conceito, trabalhadores terceirizados ou consultores remunerados por outras organizações.

POPULAÇÃO-ALVO

A população-alvo da pesquisa compreende todas as organizações sem fins lucrativos brasileiras listadas pelo Cadastro Central de Empresas (Cempre) do IBGE (2022) e que pertençam às naturezas jurídicas e aos setores da COPNI de interesse da pesquisa TIC Organizações Sem Fins Lucrativos.

De acordo com a Tabela de Natureza Jurídica (IBGE, 2021), foram consideradas na pesquisa as organizações com as seguintes naturezas:

- 306-9 – Fundação privada;
- 323-9 – Comunidade indígena;
- 320-4 – Estabelecimentos, no Brasil, de fundação ou associações estrangeiras;
- 322-0 – Organização religiosa;
- 399-9 – Associação privada.[2]

Outro recorte importante definido pelo estudo TIC Organizações Sem Fins Lucrativos refere-se à exclusão de hospitais e instituições de ensino formal (escolas e universidades). Essa decisão tem o objetivo de considerar um grupo de organizações mais homogêneo, tendo em vista as atividades especializadas desse tipo de instituição. Outro motivo que orienta essa escolha é o fato de o Cetic.br|NIC.br já investigar a penetração das TIC em estabelecimentos de saúde com a realização da pesquisa TIC Saúde e em escolas públicas e privadas por meio da pesquisa TIC Educação.

No caso dos estabelecimentos de saúde, opta-se por não considerar no universo as organizações classificadas como de "Atividade de atenção à saúde humana". Segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) 2.0, essa divisão compreende as atividades de hospitais gerais ou especializados que permitem internações de longa ou curta duração, hospitais psiquiátricos, centros de medicina preventiva, consultórios médicos e dentários, clínicas médicas e outras atividades ambulatoriais. Essa divisão compreende também as atividades praticadas por todos os profissionais relacionados à área da saúde, as atividades de apoio à gestão de saúde e as de práticas integrativas e complementares à saúde humana.

[2] Não são consideradas no estudo as naturezas:
303-4 – Serviço notarial e registral (cartório);
307-7 – Serviço social autônomo;
308-5 – Condomínio edifício;
310-7 – Comissão de conciliação prévia;
311-5 – Entidade de mediação e arbitragem;
313-1 – Entidade sindical;
321-2 – Fundação ou associação domiciliada no exterior; e
324-7 – Fundo privado.

Também são retiradas do universo de pesquisa as organizações dedicadas à educação escolar, que, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), oferecem Educação Básica e Educação Superior. Além disso, são excluídas as organizações de Educação Profissional de nível técnico e tecnológico, associadas à educação escolar. Ainda, são retiradas as organizações que realizam atividades de apoio à educação, tais como caixas e conselhos escolares, associações de pais e mestres, círculos de mestres e similares. Segundo a pesquisa Fasfil, esses tipos de organização não devem ser incluídos porque são criados a partir de exigências do governo para repasse de recursos públicos, não atendendo, portanto, ao critério de entidades que surgem de maneira voluntária (IBGE, 2019).

Sendo assim, não são consideradas na pesquisa as organizações com as seguintes classificações na CNAE 2.0:

- Seção: Q – Saúde humana e serviços sociais
  Divisão:
  86 – Atividades de atenção à saúde humana
  861 – Atividades de atendimento hospitalar;
  862 – Serviços móveis de atendimento a urgências e de remoção de pacientes;
  863 – Atividades de atenção ambulatorial executadas por médicos e odontólogos;
  864 – Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica;
  865 – Atividades de profissionais da área de saúde, exceto médicos e odontólogos;
  866 – Atividades de apoio à gestão de saúde;
  869 – Atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente.
- Seção: P – Educação
  Divisão:
  85 – Educação
  851 – Educação Infantil e Ensino Fundamental;
  852 – Ensino Médio;
  853 – Educação Superior;
  854 – Educação Profissional de nível técnico e tecnológico;
  855 – Atividades de apoio à educação.

UNIDADE DE ANÁLISE E REFERÊNCIA

A unidade de referência é a unidade local que, segundo a definição do IBGE, corresponde:

> ao(s) endereço(s) de atuação das empresas, usualmente designado(s) estabelecimento(s). Na prática, a definição de unidade local do Cadastro Central de Empresas do IBGE coincide com a dos cadastros da Administração Pública, onde cada local de atuação da empresa recebe uma identificação fiscal própria (número de registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ), podendo ocorrer, em casos isolados, a identificação de mais de uma unidade em um mesmo endereço. (...) Cada unidade local é identificada com um número CNPJ de 14 dígitos, cujos oito primeiros (raiz) identificam a empresa e são comuns a todas as unidades locais, os quatro seguintes (sufixo) identificam os endereços de atuação da empresa e os dois últimos são dígitos verificadores. (IBGE, 2007, p. 22)

DOMÍNIOS DE INTERESSE PARA ANÁLISE E DIVULGAÇÃO

Para as unidades de análise, os resultados são divulgados para os domínios definidos com base nas variáveis e nos níveis descritos a seguir.

- **região:** corresponde à divisão regional do Brasil em cinco macrorregiões, segundo critérios do IBGE, que considera: Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste;
- **porte:** corresponde à divisão das organizações sem fins lucrativos segundo o número de pessoas ocupadas, respectivamente: nenhuma pessoa ocupada, de uma a nove pessoas ocupadas e de dez ou mais pessoas ocupadas;
- **atividade-fim:** corresponde à classificação das organizações em assistência social; associações de moradores; associações de produtores rurais; associações empresariais e patronais; associações profissionais; centros e associações comunitárias; cultura e arte; defesa de direitos de grupos e minorias; desenvolvimento rural; emprego e treinamento; esporte e recreação; estudos e pesquisas; habitação; meio ambiente e proteção animal; outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos; outras formas de educação/ensino; outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente; outros serviços de saúde; e religião.

Para fins de divulgação dos resultados, foram agrupados alguns domínios de análise, com base nos erros amostrais obtidos após a coleta, nos seguintes grupos: associações patronais e profissionais; cultura e recreação; educação e pesquisa; desenvolvimento e defesa de direitos; religião; saúde e assistência social; habitação e meio ambiente; e outros.[3]

[3] As atividades de "educação, lazer e cultura", que estavam agregadas na edição de 2012 da pesquisa, foram desmembradas em 2014 para "educação e pesquisa" e "cultura e recreação". Também foi desmembrada em 2014 a opção "saúde e assistência social", que em 2012 estava agregada ao item "outros". Não houve alteração entre as edições de 2014 e de 2016. Entre as edições de 2016 e 2022, foi retirada a categoria "associações sindicais" de "associações patronais, sindicais e profissionais" e foi desmembrada "habitação e meio ambiente" de "outros".

Instrumento de coleta

INFORMAÇÕES SOBRE OS INSTRUMENTOS DE COLETA

Para a coleta dos dados, foi elaborado um questionário estruturado. Esse questionário foi dividido em módulos relacionados ao objetivo geral e aos objetivos específicos da pesquisa. Para mais informações a respeito dos módulos da pesquisa, ver o "Relatório de Coleta de Dados".

Plano amostral

O desenho considera a amostragem estratificada com seleção aleatória simples das organizações dentro de cada estrato.

CADASTRO E FONTES DE INFORMAÇÃO

O Cempre, do IBGE, constitui uma consolidação e atualização das informações de empresas e outras organizações formais, inscritas no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), da Secretaria da Receita Federal, e suas respectivas unidades locais que responderam as pesquisas econômicas do IBGE e/ou declararam a Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE (IBGE, 2022). O IBGE disponibiliza anualmente um panorama geral das organizações formais ativas no país, com destaque para informações sobre natureza jurídica, pessoas ocupadas e atividades econômicas.

Com o objetivo de produzir um retrato do uso das TIC nas organizações sem fins lucrativos brasileiras, considerando-se as diferenças entre atividades-fim, portes e regiões brasileiras, a pesquisa TIC Organizações Sem Fins Lucrativos utiliza informações oriundas do Cempre, que serve como cadastro-base para o desenho da amostra e para a seleção das organizações a serem contatadas.

DIMENSIONAMENTO DA AMOSTRA

O tamanho da amostra inicialmente desenhada da pesquisa TIC Organizações Sem Fins Lucrativos tem aproximadamente 3,5 mil organizações.

CRITÉRIOS PARA DESENHO DA AMOSTRA

A amostra da pesquisa é desenhada utilizando a técnica de amostragem estratificada, que visa melhorar a precisão das estimativas e garantir a inclusão de subpopulações de interesse. A estratificação ocorre em duas etapas.

A primeira etapa compreende a definição de estratos naturais a partir do cruzamento das variáveis região (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste) e atividades-fim, conforme descrito na Tabela 1. A partir de cada estrato natural, são definidos os estratos finais, que consideram a divisão dos estratos naturais por faixa do número de pessoas ocupadas na organização. As faixas consideradas são: nenhuma pessoa ocupada, de uma a nove pessoas ocupadas e de dez ou mais pessoas ocupadas. A faixa do número de pessoas ocupadas considera a informação obtida no Cempre.

Definidas as variáveis, os estratos possibilitam que todas as regiões, atividades-fim e faixas de pessoas ocupadas estejam representadas na amostra, além de permitir análises para os domínios definidos por essas três variáveis individualmente. Contudo, com esse desenho não é possível tirar conclusões para categorias resultantes do cruzamento entre pares de variáveis.

ALOCAÇÃO DA AMOSTRA

A amostra de organizações sem fins lucrativos é obtida por amostragem aleatória simples, sem reposição em cada estrato final. Dessa forma, dentro de cada estrato final, as probabilidades de seleção são iguais.

A partir do número de entrevistas para cada estrato natural, distribui-se o número de entrevistas por faixa de pessoas ocupadas, isto é, para os estratos finais. O tamanho final da amostra para cada variável de estratificação é apresentado no "Relatório de Coleta de Dados".

SELEÇÃO DA AMOSTRA

Dentro de cada estrato, as organizações são selecionadas por amostragem aleatória simples. Define-se o processo de seleção conforme a Fórmula 1.

FÓRMULA 1

$$n_h = n \times \frac{N_h}{N}$$

N é o tamanho total da população
N_h é o tamanho da população no estrato h
n é o tamanho da amostra
n_h é o tamanho da amostra dentro de cada estrato h

Logo, as probabilidades de inclusão das unidades de amostragem i para cada estrato h são dadas pela Fórmula 2.

FÓRMULA 2

$$\pi_{ih} = \frac{n_h}{N_h}$$

Considera-se a taxa de resposta das organizações da edição anterior da pesquisa e, com isso, é selecionada aleatoriamente em cada estrato uma amostra reserva com o intuito de aproximar a amostra final do número inicialmente previsto de organizações. O uso da amostra reserva depende dos controles realizados para obtenção de entrevistas.

Coleta de dados em campo

MÉTODO DE COLETA

As organizações foram contatadas por entrevista com questionário estruturado a partir da técnica de entrevista telefônica assistida por computador (em inglês, *computer-assisted telephone interviewing* [CATI]). As entrevistas para aplicação do questionário tiveram duração aproximada de 41 minutos.

Em todas as organizações pesquisadas, buscou-se entrevistar o principal gestor (diretor, presidente ou membro executivo do conselho), ou seja, a pessoa que conheça a organização como um todo, tanto no que diz respeito às capacidades administrativas e financeiras, quanto à capacidade de TI e acesso e uso das TIC.

Processamento dos dados

PROCEDIMENTOS DE PONDERAÇÃO E CORREÇÃO DE NÃO RESPOSTA

A cada organização da amostra foi associado um peso amostral básico, obtido pela razão entre o tamanho da população e o tamanho da amostra no estrato final correspondente, conforme a Fórmula 3.

FÓRMULA 3

$$w_{ih} = \frac{N_h}{n_h}$$

w_{ih} é o peso básico associado a cada uma das organizações selecionadas, inverso da probabilidade de seleção do respondente, da organização i no estrato h

n_h é o tamanho da amostra de organizações no estrato h

N_h é o total de organizações no estrato h

Para corrigir os casos em que não se obteve a resposta de todos os selecionados, foi realizada uma correção de não resposta. A correção de não resposta é dada pela Fórmula 4.

FÓRMULA 4

$$w^*_{ih} = w_{ih} \times \frac{N_h}{\sum_i w_{ih}}$$

w^*_{ih} é o peso com correção de não resposta da organização i no estrato h

ERROS AMOSTRAIS

As medidas ou estimativas da precisão amostral dos indicadores da pesquisa TIC Organizações Sem Fins Lucrativos levam em consideração em seus cálculos o plano amostral por estratos empregado na pesquisa.

Assim, a partir das variâncias estimadas, optou-se pela divulgação dos erros amostrais expressos pela margem de erro. Para a divulgação, as margens de erro foram calculadas para um nível de confiança de 95%. Isso indica que os resultados baseados nessa amostra são considerados precisos, dentro do intervalo definido pelas margens de erro. Se a pesquisa for repetida várias vezes, em 95% delas o intervalo poderá conter o verdadeiro valor populacional. Outras medidas derivadas dessa estimativa de variabilidade são comumente apresentadas, tais como erro padrão, coeficiente de variação e intervalo de confiança.

O cálculo da margem de erro considera o produto do erro padrão (raiz quadrada da variância) pelo valor 1,96 (valor da distribuição amostral que corresponde ao nível de significância escolhido de 95%). Esses cálculos foram feitos para cada variável das tabelas, o que significa que cada uma das tabelas de indicadores possui margens de erros relacionadas às suas estimativas apresentadas em cada célula.

Disseminação dos dados

Os resultados desta pesquisa são divulgados de acordo com as seguintes variáveis de cruzamento: porte da organização, região geográfica e atividade-fim.

Arredondamentos fazem com que, em alguns resultados, a soma das categorias parciais supere 100% em questões de resposta única. O somatório de frequências em questões de resposta múltipla usualmente ultrapassa 100%.

Vale ressaltar que, nas tabelas de resultados, o hífen (–) é utilizado para representar a não resposta ao item. Por outro lado, como os resultados são apresentados sem casa decimal, as células com valor zero significam que houve resposta ao item, mas ele é explicitamente maior do que zero e menor do que um.

Os resultados desta pesquisa são publicados em formato *online* e disponibilizados no *website* (https://www.cetic.br) e no portal de visualização de dados do Cetic.br|NIC.br (https://data.cetic.br). As tabelas de proporções, totais e margens de erros calculadas para cada indicador estão disponíveis para *download* em português, inglês e espanhol. Mais informações sobre a documentação, os metadados e as bases de microdados da pesquisa estão disponíveis na página de microdados do Cetic.br|NIC.br (https://cetic.br/microdados/).

Referências

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2007). *Introdução à Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE versão 2.0.* http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/classificacoes/cnae2.0/cnae2.0.pdf

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019). *As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil: 2016.*

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2021). *Tabela de natureza jurídica 2021.* https://concla.ibge.gov.br/estrutura/natjur-estrutura/natureza-juridica-2021

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2022). *Estatísticas do Cadastro Central de Empresas: 2020.*

Organização das Nações Unidas. (2002). *Handbook on non-profit institutions in the system of national accounts. Studies in methods. Series F, 91.* United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Statistics Division.